



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CARLOS NATHANIEL ROCHA CAVALCANTE

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO PORTO DO PECÉM: UMA
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO
AMARANTE-CEARÁ

FORTALEZA

2017

CARLOS NATHANIEL ROCHA CALVANTE

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO PORTO DO PECÉM: UMA
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO
AMARANTE-CEARÁ

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Professora Dr. Maria Cristina Pereira de Melo

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C364z cavalcante, Carlos nathaniel rocha.
ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO PORTO DO PECÉM: UMA ANÁLISE DOS
IMPACTOS ECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CEARÁ / Carlos
nathaniel rocha cavalcante. – 2017.
43 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Maria Cristina Pereira de Melo.

1. Zona de Processamento de Exportação. 2. São Gonçalo do Amarante. 3. Impactos econômicos. I. Título.
CDD 330

CARLOS NATHANIEL ROCHA CALVANTE

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO PORTO DO PECÉM: UMA
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO
AMARANTE-CEARÁ

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feito com as normas da ética científica.

Aprovada em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Cristina Pereira de Melo
(Orientadora)

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho
Membro da Banca Examinadora

Msc Alexandre Sobreira Cialdini
Membro da Banca Examinadora

“Desenvolvimento econômico gera crescimento econômico, mas a
recíproca nem sempre é verdadeira”

José de Jesus Sousa Lemos

AGRADECIMENTOS

Se realizei meu sonho de ser economista, devo isso aos sacrifícios da minha família. Em especial minha mãe, que apesar de não ter me dado tudo que ela queria, me deu tudo que podia para que eu conseguisse estudar. Em um estado com renda *per capita* muito baixa, estudar é um privilégio que eu obtive graças aos esforços de minha mãe. Agradeço a minha vó, Tereza Rocha, que apesar de não está viva, tenho certeza que se orgulha de mim

Aos meus irmãos Carlos Jessé, Carlos Elizeu e Carlos Emanuel que são sangue do meu sangue, e são especiais para mim. Espero que tenham um futuro promissor e que leiam este agradecimento em algum momento de suas vidas.

Sou grato aos meus professores Cristina Melo, a qual fui bolsista durante 3 anos, e Jair do Amaral, que me deram conselhos e conhecimentos inestimáveis ao longo da minha trajetória de 4 anos no curso de economia, e para além de serem meus mestres, são meus amigos. Sem dúvida, Jair e Cristina tiveram muita paciência para me passarem um pouco do grande conhecimento que possuem.

Agradeço também ao professor Gil Célio, cujo ano de 2014, tive oportunidade de ser bolsista e amadurecer como aluno.

Agradeço aos amigos da Fundação Sintaf/Sefaz, Alexandre Cialdini, Saulo Moreira e Sidney Leão. Um agradecimento especial para Alexandre Cialdini, que é mais do que um mestre, um amigo, me deu oportunidades de crescimento profissional e pessoal, além disso teve muita paciência com minha personalidade. Nem tenho palavras para descrever o quanto Cialdini é especial na minha formação acadêmica e pessoal. Sentirei falta dos “caferes” enquanto eu estiver em Curitiba

Agradeço ao amigo Francisco por ter fornecido os dados da Rais e Rafael Benício por me ajudar no Abstract. Agradeço a amiga Célia que me estimulou muito e tem me ajudado na minha ida ao mestrado na UFPR. Aos amigos Catarina, Wallacy, Heitor, Márcio Rafael, José Carlos, Francisco, Rafael Benício, Elane, Marcel, e outros que foram marcantes em algum momento da minha vida. Embora eu não tenha mais contato com alguns, não posso deixar de mencionar. Um agradecimento também para Guilherme Paiva e Pedro Veloso, que me orientaram bastante nos assuntos da ANPEC.

Aos meus colegas de curso e amigos para vida toda.

RESUMO

As Zonas de Processamento (ZPE) são caracterizadas como áreas destinadas a instalação de empresas voltadas para a exportação, com intuito de dinamizar a economia de determinada região. O Estudo dos da Zona de Processamento de Exportação do Pecém e os impactos econômico no município de São Gonçalo são o foco da presente monografia. Por meio de pesquisa quantitativa foi possível concluir que a ZPE do Pecém trouxe benefícios econômicos e sociais para o município em questão. Além disso, a ZPE tem cumprido seu objetivo de reduzir os desequilíbrios regionais e gerar emprego e renda no Estado do Ceará.

Palavras chaves: Zona de Processamento de Exportação; São Gonçalo do Amarante; Impactos econômicos.

ABSTRACT

The Zones of Processing (EPZ) are characterized as areas destined to installation for exportation companys, in order to dynamazing the economy of certain zone. The study of the Zones of Processing (EPZ) of Pecém and the economic impacts in the municipality of São Gonçalo are the focus of this monography. Through this work it was possible to conclude ZPE do Pecém brought economic and social benefits to the area in question. Besides that, the ZPE has fulfilled it's objective of reducing regional imbalances and generating employment and income in State of Ceará.

Keywords: Economic Processing Zone; São Gonçalo do Amarante; Economic Impacts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ceará- Balança Comercial por Intensidade Tecnológica (1999-2016).....	18
Figura 2-São Gonçalo do Amarante-Principais Origens das Importações (2016)	36
Figura 3- São Gonçalo do Amarante- Evolução do estoque de empregos formais- 2006-2016	36
Figura 4-São Gonçalo do Amarante- índice de esforço fiscal próprio	38
Figura 5-- São Gonçalo do Amarante- Evolução da Receita Tributária per capita – (2009- 2016).....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do Saldo da Balança Comercial (2000-2016).....	17
Tabela 2: Ceará- Índice Intra-setorial- (2000-2016).....	20
Tabela 3: Ceará- Principais Setores Exportados(%) -2000-2016.....	21
Tabela 4: Ceará- Principais Setores Importados (2000-2016).....	22
Tabela 5: Ceará-Índice de Concentração de Importação e Exportação-(2000-2016)	23
Tabela 6: Ceará- Principais Países de Destino em 2016 (2000-2016)	24
Tabela 7-Ceará: Principais Países de Origem (2000-2016)	25
Tabela 8- Ceará-Índice de Concentração de Destinos e Origens- (2000-2016).....	26
Tabela 9: Conceito de Zonas Econômicas.....	28
Tabela 10: São Gonçalo do Amarante- Indicadores Econômicos	32
Tabela 11: São Gonçalo- Evolução do Saldo da Balança Comercial (2010-2016) (US\$).....	33
Tabela 12- Ceará- Valor das Exportações Por Municípios (2015 – 2016).....	33
Tabela 13- São Gonçalo do Amarante -Principais Produtos Exportados -2011-2016 (US\$) ..	34
Tabela 14-São Gonçalo do Amarante-Principais Setores Importados-2011-2016 (US\$).....	35
Tabela 15- São Gonçalo do Amarante -Evolução do estoque de empregos formais por atividades- 2006-2016	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2 INCENTIVOS FISCAIS E COMÉRCIO EXTERIOR	13
2.1 Uma breve análise da guerra fiscal no Brasil	13
2.2 Incentivos fiscais e comércio exterior.....	14
3 COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ	17
4 ZONA DE PROCESSAMENTO	27
4.1 Zona de Processamento do Porto do Pecém	30
5. SÃO GONÇALO E OS AVANÇOS PROMOVIDOS PELA ZPE	31
5.1 Impactos Econômicos	31
5.2 Geração de empregos.....	36
5.2 Impactos Fiscais.....	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1990, ocorreu um processo de abertura comercial da economia brasileira. As mudanças ocasionadas acabaram por influenciar e modificar a dinâmica da pauta importadora e exportadora nacional, bem como dos indicadores de comércio exterior. As expansões da cadeia global de produção também influenciaram nas mudanças de participação relativa do comércio internacional, com alguns países emergentes se destacando nos últimos anos, dentre eles o Brasil.

Melo, Braga e Holanda (2014) destacam que “alguns dos instrumentos dinamizadores do comércio exterior foram a queda generalizada das barreiras alfandegárias combinadas à especialização econômica”. Isto é, os países passaram por um processo intenso de aumento das relações bilaterais e da formação dos eixos e blocos econômicos. Além disso, houveram mudanças no sistema de divisão internacional do trabalho, em que países que antes eram estritamente exportadores de produtos primários, passaram a produzir e exportar produtos de maior intensidade tecnológica.

Segundo Braga (2004), o processo de abertura comercial foi diferencialmente segmentado entre as regiões do Brasil. Essa segmentação, aliada aos ajustes econômicos do Plano real fez com que as empresas brasileiras buscassem diferentes formas para obter maior eficiência do processo produtivo. O Estado do Ceará, por exemplo, buscou dinamizar a economia interna com uma política intensiva de atração de indústrias de trabalho intensivo.

Santos (2009) destaca que “as reformas do novo governo seguiram a direção da diminuição da participação do Estado na economia, apoiando-se em privatizações e na abertura comercial”. Em contrapartida, diante da procura das empresas em manter as taxas de lucro, aumentar a produtividade relativa, os estados brasileiros foram se adaptando ao cenário econômico através de novas formas de atração de empresas e de incentivos fiscais.

Dois pontos são fundamentais para discutir o crescimento econômico do estado do Ceará na década de 1990 até os dias atuais. O primeiro envolve a Guerra fiscal no Brasil, cuja disputa produziu resultados extremamente discutíveis entre os economistas, e o segundo o comércio exterior em relação aos incentivos fiscais.

O Estado do Ceará tentou intensificar o processo de industrialização por meio de incentivos fiscais, alimentando a guerra fiscal entre os estados do Nordeste, porém, não é certo afirmar que tal industrialização provocou, além de aumento de massa salarial da região, efeito de encadeamentos para trás e para frente. Um exemplo disso é a Empresa de calçados Grendene, que possui parte do setor de matéria-prima e peças fora do Estado do Ceará.

Os temas de Comércio Exterior e industrialização continuam sendo bastante relevantes para compreensão do dinamismo da economia cearense nos últimos anos. Nessa perspectiva, o município de São Gonçalo, por se constituir em uma região de notável crescimento nos últimos anos, representa um caso de interesse para o aprofundamento de um estudo dessa natureza

O estudo aqui desenvolvido busca analisar a trajetória do Comércio exterior cearense, fazendo uma análise mais profunda do Município de São Gonçalo do Amarante, onde se encontra instalado a Zona de Processamento do Estado do Ceará (ZPE-Ceará). Dessa forma, o objetivo geral é analisar os impactos econômicos e de desenvolvimento promovidos pela instalação da ZPE-Ceará em São Gonçalo do Amarante, localizado na região metropolitana de Fortaleza.

Por meio de pesquisa de natureza predominantemente quantitativa, o presente trabalho está estratificado em seis seções, além desta introdução. A segunda seção aborda a relação entre os incentivos fiscais e comércio exterior, com uma abordagem breve sobre a guerra fiscal e seus impactos econômicos regionais. A terceira seção analisa o comércio exterior do Ceará nos últimos anos. A quarta seção objetiva estudar as zonas de processamento econômicos, suas distinções e propósitos econômicos. A seção seguinte busca analisar os impactos da ZPE de São Gonçalo e os resultados econômicos e sociais, e por último as considerações finais.

2 INCENTIVOS FISCAIS E COMÉRCIO EXTERIOR

2.1 Uma breve análise da guerra fiscal no Brasil

No governo da Ditadura Militar no Brasil, mas especificamente entre as décadas de 1960 e 1980, uma das principais características do sistema tributário brasileiro era a concentração fiscal (LIMA & LIMA, 2010). O Governo Federal monopolizava o processo de desenvolvimento da economia brasileira. Contudo, a Constituição Federal de 1988 acaba por descentralizar a participação da arrecadação, ainda que os Estados e municípios detenham juntos menos que 30% do bolo tributário (Associação Mineira de Municípios, 2017).

Segundo Varsano (1997), os estados disputaram entre si a recepção dos empreendimentos, mediante concessão de incentivos fiscais, em que os estados financeiramente mais poderosos, se beneficiaram na medida que possuíam maiores condições de suportar os ônus das renúncias. Contudo, segundo o mesmo autor, do ponto de vista nacional, “são raras as batalhadas da guerra fiscal das quais resulte um ganho líquido para o país”.

Lima & Lima (2010) destacam que a guerra fiscal é uma característica de países marcados por grandes desigualdades sociais, em que existem fortes dificuldades para elaborar políticas de desenvolvimento regional, e cada ente federativo acaba por atuar de forma isolada, dando origem ao termo Guerra Fiscal. Além disso, os mesmos autores destacam três fatores fundamentais que intensificaram a guerra fiscal entre os estados brasileiros:

- I) Descentralização política e institucional: O processo de descentralização deslocou poder regulatório em favor dos Estados e Municípios;
- II) Mudanças do papel do Estado: Traduzindo em esvaziamento do Estado, com o abandono das políticas e dos instrumentos de coordenação regional;
- III) A retomada dos investimentos privados: com crescente abertura da economia, intensificando a guerra fiscal, pois atraiu fluxo crescente de capitais internacionais.

Amaral Filho (2003) destaca que a política de concessão de incentivos fiscais não é estritamente uma política fiscal, mas sim uma política de desenvolvimento regional. O mesmo destaca ainda que uma eventual perda fiscal tem que ser compensada pelos benefícios líquidos gerados pelo adensamento industrial e aumento da massa salarial das regiões mais atrasadas.

Amaral Filho (2003) afirma também que os estados pobres brasileiros vivem uma espécie de círculo vicioso, no qual a defasagem de capital leva à escassez de incentivos, o que reduz a

possibilidade de estímulos endógenos para a realização dos investimentos privados, o que acaba por agravar a defasagem de capital.

Mendes (2010) coloca que é necessário promover políticas públicas de desenvolvimento econômico para impulsionar os pilhars da geração de emprego e renda. O comércio exterior por sua vez, além de aumentar a renda interna da região, contribui na dinamização da economia, uma vez que o mercado interno, geralmente, é insuficiente para gerar ganhos de escala e especialidade.

O que se pode afirmar é que os incentivos fiscais fizeram parte do modelo de desenvolvimento da economia brasileira, dado a ausência de uma elaboração central de uma política desenvolvimento regional focado nas regiões menos favorecidas. Isto é, as economias estaduais utilizaram isenções tributárias para aumentar suas vantagens comparativas e sua competitividade no comércio externo. Ressalta-se que algumas políticas nacionais aumentaram a desigualdade de renda regional no Brasil, quando o efeito deveria ser o contrário.

Contudo, a política concebida na instalação das ZPEs tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais, reduzindo as disparidades ente os Estados mais desenvolvidos e os que possuem dificuldades locacionais e financeiras. As ZPEs é diferente da guerra fiscal por partir de um planejamento de desenvolvimento central.

2.2 Incentivos fiscais e comércio exterior

No que concerne à teoria de comércio exterior, tem-se a teoria ricardiana (RICARDO, 1982) que desenvolve a ideia de que é necessário o desenvolvimento das atividades em que os países possuem vantagens comparativas. Essa teoria surgiu da necessidade de explicar a trocas internacionais e as vantagens coletivas e individuais de tais trocas. Nesse contexto, a economia passa a se preocupar nas temáticas de liberação comercial e divisão internacional do trabalho. A teoria cepalina¹ por sua vez, rompe com a teoria da divisão internacional vigente e defende

¹ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) visando à elaboração de estudos e diagnósticos dos países periféricos da América Latina. Ressalta-se a participação do economista Raúl Prebisch e sua importância na construção de uma corrente de pensamento que rompia com a lógica da Lei de Say (AMARAL FILHO, 2013).

que os países periféricos têm que se industrializar para que não fiquem atrasados no processo de desenvolvimento tecnológico.

O modelo de Hecksher-Ohlin afirma que os países devem se especializar naquilo que possuem em abundância, seja capital ou trabalho. Tanto a teoria de Hecksher-Ohlin quanto a de Ricardo defendem a especialização na indústria em países com capital, e da agricultura em regiões propícias para atividade. No caso cearense, é certo afirmar que a região se especializou em atividades de trabalho intensivo como a indústria de calçados e a fruticultura para a exportação. No longo prazo, os cepalinos afirmam que esse tipo de estrutural comercial gera constrangimentos na balança comercial e deterioração dos termos de troca (Serrano, 2001). No grosso modo, significa dizer que os produtos primários exportados pelos países periféricos terão desvalorização em relação aos produtos tecnológicos dos países centrais, contrapondo a visão de que os países do Hemisfério Sul usufruiriam dos benefícios do progresso técnico e da redução dos custos dos produtos de base tecnológica avançada.

Outra questão a ser tratada refere-se à elasticidade renda das exportações e das importações. Jayme Jr (2010) aborda o modelo de Kaldor na perspectiva de explicar como a abertura econômica possui impactos negativos e positivos na balança comercial e na produtividade no longo prazo. Esse modelo pode ser melhor abordado quando reforçado pelos conceitos de comércio intersetorial e intrasetorial. Destaca-se que a região possui uma dinâmica de comércio intersetorial, ou seja, exporta produtos de trabalho intensivo e de baixa inelasticidade renda, e importa produtos de capital intensivo e de alta elasticidade renda. É nessa perspectiva que a CEPAL e seus teóricos rompem com a economia neoclássica e propõem um modelo econômico diferente para os países periféricos.

O grande ponto dos cepalinos foi identificar as distorções provocadas no comércio internacional. Para esses pensadores, havia desigualdade de absorção de progresso técnico entre os países centrais e periféricos, havia também tendência de deterioração dos termos de troca no longo prazo. A CEPAL tornou-se a primeira escola fora do âmbito dos países centrais rompendo com alguns paradigmas da economia neoclássica e trazendo novas soluções e proposições específicas para os países periféricos, (AMARAL FILHO, 2014)

No Brasil, destaque para Celso Furtado que se preocupou em realizar estudos comparativos entre o sistema produtivo do Nordeste e do Sudeste. Furtado trabalhou a problemática dos vazamentos de renda da economia do Nordeste para o Centro-Sul (AMARAL

FILHO,2007), enquanto havia um fluxo de renda contrário que “compensava” parcialmente pelas transferências de rendas providas por medidas assistenciais (GTDN, 1967).

Os incentivos fiscais servem para corrigir esses desníveis entre diferentes níveis de produtividade, identificados pelos cepalinos, tendo por objetivo tornar o produto de determinada região mais competitivo no mercado internacional, já que por meio desses incentivos, uma empresa poderá compensar os seus custos mais elevados com redução de carga tributária, reduzindo seus preços no mercado externo.

Logo, o incentivo fiscal à exportação é um mecanismo crucial para que regiões menos desenvolvidas possam competir e usufruir dos benefícios da internacionalização dos mercados regionais.

3 COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ²

Na área de comércio exterior, destacam-se o setor de calçados e fruticultura como os principais setores da pauta exportadora cearense nas últimas décadas. Além disso, a pauta exportadora é altamente concentrada em poucos produtos, o mesmo também é observado da pauta importadora, sendo característica de economias vulneráveis a choques externos de consumo.

O Estado do Ceará registrou franca expansão do comércio externo no período compreendido entre 2000 a 2008, com nítida evolução da pauta exportadora, impulsionado pelo *boom* dos preços dos produtos primários (Tal movimento inverteu-se na crise de 2009, havendo queda generalizada do comércio internacional, em que o Ceará registrou queda de aproximadamente 15% da pauta exportadora e 21% da pauta importadora.

Após a *boom* dos preços dos produtos primários, o Ceará não registrou novamente um nítido crescimento nas trocas internacionais como observado na década de 2000. Percebe-se que o sucesso do comércio externo foi alavancado pelos destinos, como o crescimento econômico chinês e de outros países asiáticos.

Tabela 1: Evolução do Saldo da Balança Comercial (2000-2016)

ANO	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO (A) – (B)
	VALOR (A)	VAR%	VALOR (B)	VAR%	
2000	495.098	33,38	717.933	25,19	-222.835
2001	527.051	6,45	623.492	-13,15	-96.440
2002	543.902	3,2	635.910	1,99	-92.007
2003	760.927	39,9	540.760	-14,96	220.167
2004	859.369	12,94	573.590	6,07	285.779
2005	930.451	8,27	588.656	2,63	341.795
2006	957.045	2,86	1.096.715	86,23	-139.670
2007	1.148.357	19,39	1.405.686	28	-257.329
2008	1.276.970	11,2	1.558.557	10,7	-281.586
2009	1.080.166	-15,28	1.230.384	-21,05	-150.218
2010	1.269.499	17,53	2.167.576	76,16	-898.077
2011	1.403.296	10,54	2.403.329	10,79	-1.000.033
2012	1.266.967	-9,71	2.863.713	19,29	-1.596.746
2013	1.420.464	12,12	3.301.744	15,27	-1.881.280
2014	1.471.112	-7	3.001.952	-4,46	-3.959.173
2015	1.045.785	-28,91	2.689.593	-10,41	-1.643.807
2016	1.294.136	23,75	3.489.877	29,75	-2.195.741

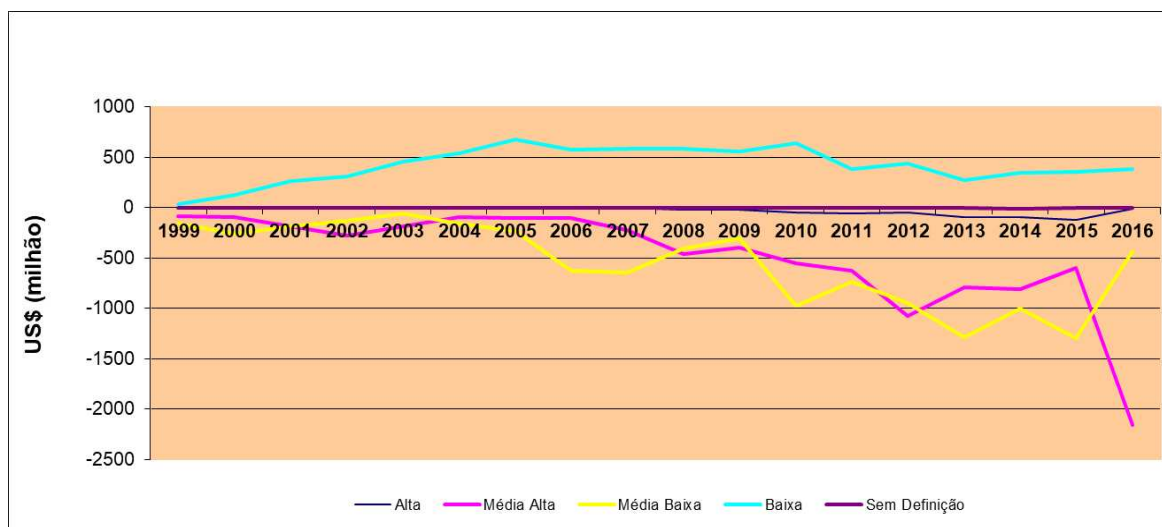
Fonte: SECEX / MDIC, 2017. Elaboração própria

² As tabelas desta seção tiveram como fonte o banco de dados construído pela professora Maria Cristina Pereira de Melo e Carlos Nathaniel Rocha Cavalcante no quadro do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Ceará.

Quanto à intensidade tecnológica dos produtos transacionados no mercado mundial, o resultado das contas externas do Ceará indicou saldo negativo (e crescente se analisado longos períodos) para os setores classificados com média alta intensidade tecnológica. Quanto a média baixa, é possível analisar também que manteve saldos negativos ao longo do período observado.

No que concerne a baixa intensidade tecnológica, é observável que o mesmo se mantém positivo durante o período compreendido entre 1999-2016. Os teóricos da escola da Cepal retratam que a perda dos termos de troca é reflexo da relação desigual entre os alguns países que exportam produtos primários e importam produtos de maior intensidade tecnológica, e outros que possuem a relação contrária, ou seja, importam produtos primários e exportam produtos industrializados. Prebisch (1949) afirma que essa relação desigual se dá na deterioração dos preços dos produtos de baixa intensidade tecnológica, enquanto que os produtos industrializados e de alta tecnologia mantêm seus preços relativos elevados mediante constante inovação.

Figura 1: Ceará- Balança Comercial por Intensidade Tecnológica (1999-2016)



Fonte: MDIC/Elaboração Própria, 2017

Prebisch (1949) afirma, ainda, que parte do fruto do progresso técnico na produção primária periférica é transferida para os centros industriais, tanto se a produtividade aumenta mais nas atividades primárias quanto se aumenta menos, é porque provavelmente o excedente ou potencial de população na produção primária pressiona constantemente os salários e os

preços. Isso reafirma a necessidade de rever a relação dos termos de troca entre o Ceará e o resto do mundo.

Reforçando a análise cepalina, observa-se que o perfil do comércio exterior cearense nos últimos anos, é fortemente baseado em mercadorias de baixo conteúdo tecnológico. Isso fica mais claro ao analisar a tabela 3, em que o índice o IS intra-setorial fornece a medida do comércio intra-setorial para o conjunto do setor industrial e não do produto. Esse indicador varia de grandeza de 0 a 100. Um valor próximo de 100 expressa comércio intra-setorial muito elevado, o que significa que quase todo o comércio é intra-setorial e neste caso, as vantagens comparativas não explicam as trocas. Estas estão associadas às economias de escala e ao grau de diferenciação dos produtos. Quando o indicador se aproxima de zero, fica evidenciado que as trocas se relacionam às fontes tradicionais de vantagens comparativas, isto é, à dotação de fatores.

Vale ressaltar que esse indicador expressa o total das trocas ocorridas dentro do mesmo setor, seja o comércio de bens intermediários contra bens finais como também trocas de produtos com variedade ou qualidade diferente. O comércio intra-setorial estabelecido entre duas economias é definido a partir das transações de exportação e importação efetuadas simultaneamente com produtos pertencentes ao mesmo setor. O comércio intra-setorial reflete, ainda, as economias de escala presentes em cada economia.

No caso cearense, observa-se que o IS é extremamente baixo, isto é, exporta produtos de baixo valor agregado, em geral produtos de baixa intensidade tecnológica baseado fortemente em trabalho intensivo, e importa produtos de maior intensidade tecnológica, como é possível ratificar na figura 1, mostrado anteriormente.

Tabela 2: Ceará- Índice Intra-setorial- (2000-2016)

Ano	IS
2000	20,98
2001	12,29
2002	8,75
2003	20,31
2004	19,93
2005	14,23
2006	15,21
2007	17,96
2008	19,01
2009	14,54
2010	11,38
2011	22,26
2012	15,15
2013	23,62
2014	26,45
2015	13,48
2016	15,07

Fonte: MDIC/Elaboração Própria

De fato, é possível destacar que aproximadamente um terço dos produtos exportadores do Ceará estão concentrados no setor de calçados e frutas. Ressalta-se que o crescimento das exportações foi registrado na maioria dos setores no ano de 2016 (tabela 3).

Setorialmente, as vendas externas cearenses estão bastante concentrados. Esta concentração pode ser corroborada através do indicador que evidencia a participação dos setores, isto é, apenas 10 setores correspondem a mais de 90% do valor total da pauta exportador no ano de 2016. Apenas três setores, correspondem a mais de 50% das compras efetuadas do resto do mundo em relação ao Ceará, os quais foram: calçados e suas parte (64), frutas (8) e ferro fundido e aço (72).

Ainda sobre a pauta exportadora, registra-se o crescimento do setor 72 que passou de 0,70% da participação relação para aproximadamente 14,5%. Tal crescimento deve-se ao aumento das exportações de produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, proveniente da produção da ZPE instalada no Porto do Pecém.

No Ceará o setor de fruticultura, é essencialmente, exportador, obtendo baixos volumes de importação durante o período analisado. Isso caracteriza uma região com relação intersetorial com o resto do mundo, caso em que exporta produtos primários e de baixo valor agregado, e importa produtos tecnológicos de maior valor agregado. Esse processo de reprimarização da economia tem se intensificado nos últimos anos com a demanda chinesa por produtos primários do Nordeste e a abertura comercial de produtos eletrônicos deste mesmo país.

O setor de calçados, por sua vez, também é intensivo em trabalho e possui baixa intensidade tecnológica. Este foi impulsionado pela política de incentivos fiscais do governo do Estado da década de 1990 e 2000. Além de dinamizar a indústria, o setor de calçados expandiu as atividades econômicas para o interior do Estado, ajudando a descentralizar a economia da região metropolitana.

Tabela 3: Ceará- Principais Setores Exportados(%) -2000-2016.

Nº	SETORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
64	CALÇADOS, POLAINAS E ARTÉFATOS SEMELHANTES, E SUAS PARTES	16,41	20,20	20,33	21,97	21,66	21,99	24,74	26,20	27,18	27,61	31,78	26,08	26,73	22,89	21,75	27,11	22,47
8	FRUTAS, CASCAS DE CÍTRICOS E DE MELÕES	28,43	19,08	17,54	17,25	19,38	19,40	19,30	22,40	21,78	27,09	22,18	19,86	20,28	15,97	13,87	19,51	15,65
72	FERRO FUNDIDO, FERRO E AÇO	0,73	0,54	0,57	1,58	3,15	3,51	1,91	2,15	1,78	1,92	0,59	1,64	0,36	0,20	0,15	0,90	14,58
41	PELES, EXCETO A PELETERIA (PELES COM PELO), E COURO	10,84	12,78	11,79	11,49	12,83	12,54	13,30	12,58	14,66	11,01	12,91	13,12	16,25	13,67	14,79	15,43	11,23
20	PREPARAÇÕES DE PRODUTOS HORTÍCOLAS, DE FRUTAS, ETC.	0,57	0,69	0,95	0,74	1,22	1,25	1,37	1,46	2,24	2,15	2,64	3,25	4,24	3,35	2,90	4,67	5,47
85	MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS, SUAS PARTES, ETC.	0,22	0,22	0,11	0,38	0,40	0,26	0,16	1,02	1,08	1,81	1,13	0,66	1,35	2,74	2,05	3,45	5,40
15	GORDURAS, ÓLEOS E CERAS ANIMAIS OU VEGETAIS, ETC.	4,04	3,42	2,73	1,38	1,78	2,70	2,60	3,02	3,16	2,50	3,52	4,20	5,33	3,91	4,75	6,34	4,48
3	PEIXES E CRUSTÁCEOS, MOLUSCOS E OUTROS INVERTEBRADOS	11,41	12,54	17,70	14,76	12,38	11,61	9,52	4,66	3,77	3,90	5,00	3,87	2,57	3,37	3,19	4,58	3,96
27	COMBUSTÍVEIS MINERAIS, ÓLEOS MINERAIS, ETC. CERAS MINERAIS	0,24	0,00	0,00	3,24	0,00	0,00	0,55	0,16	0,13	0,28	0,75	5,95	1,48	17,44	24,08	2,21	3,95
52	ALGODÃO	14,78	16,56	15,42	15,71	13,65	12,04	11,49	10,03	7,36	5,00	5,27	6,00	5,51	3,92	2,19	4,23	3,50
	DEMAIS PRODUTOS	12,33	13,97	12,86	11,51	13,57	14,68	15,06	16,32	16,86	16,72	14,23	15,37	15,88	12,54	10,26	11,57	9,31
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: MDIC (2017), Elaboração Própria

Do lado das compras externas do Ceará, nota-se que estas estão bastante concentradas setorialmente. Fica evidenciado que apenas três setores correspondem, em 2016, a mais de 70% da pauta importadora do estado, foram eles: reatores nucleares, caldeiras, máquinas (84); combustíveis minerais (27) e aparelhos elétricos e suas partes (85).

Destaque para o setor de reatores nucleares, aparelhos e instrumentos mecânicos e combustíveis minerais que corresponderam por aproximadamente 50% da importação cearense. Esse aumento súbito de importação do setor de reatores nucleares, aparelhos e instrumentos mecânicos, tem relação direta com a estratégia econômica do Estado do Ceará e sua expansão na indústria de base e de transformação.

Tabela 4: Ceará- Principais Setores Importados (2000-2016)

Nº	SETORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
84	REACTORES NUCLEARE, MÁQUINAS, ETC.	6,43	11,05	9,20	5,26	6,46	7,32	3,33	6,40	11,30	9,03	11,75	10,89	18,14	10,64	10,73	8,87	48,28
27	COMBUSTÍVEIS MINERAIS, ÓLEOS MINERAIS, ETC.	29,77	21,85	13,10	8,61	23,27	26,20	43,97	34,01	3,13	8,64	18,16	14,40	13,76	23,29	21,30	34,35	14,20
85	APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS, SUAS PARTES, ETC	3,72	14,82	30,22	22,59	4,22	4,17	2,65	5,33	10,42	14,72	6,26	7,75	10,99	5,91	5,56	5,98	9,57
10	CEREAIS	16,08	17,77	16,95	18,82	16,17	11,63	9,20	11,79	15,17	10,92	9,09	11,09	8,11	10,18	6,60	7,10	6,29
29	PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS	1,95	3,11	3,79	6,57	6,37	6,13	2,57	2,86	4,73	4,42	2,49	2,50	2,91	4,52	5,89	5,13	3,53
39	PLÁSTICOS E SUAS OBRAS	1,36	2,11	2,27	3,13	4,17	6,37	3,72	2,13	2,49	2,26	2,65	2,65	2,26	2,66	2,95	2,52	1,68
72	FERRO FUNDIDO, FERRO E AÇO	4,74	5,33	4,44	5,79	7,57	14,11	13,89	12,80	20,70	15,75	23,17	15,17	13,25	15,05	11,68	8,88	1,61
15	CORDURAS, ÓLEOS E CERAS ANIMAIS OU VEGETAIS, ETC.	0,06	0,23	0,74	1,84	2,06	0,55	1,12	1,42	3,01	1,96	1,04	2,73	2,54	2,18	1,98	1,90	1,53
73	OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO	0,19	0,48	0,30	0,09	0,12	0,77	0,19	0,87	2,37	1,97	1,22	1,70	2,48	3,58	6,77	2,33	1,36
55	FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS, DESCONTÍNUAS	2,89	2,56	1,00	1,03	1,54	2,22	2,34	3,74	3,06	6,58	3,28	2,42	2,92	1,96	1,74	1,89	1,18
54	FILAMENTOS SINTÉTICOS OU ARTIFICIAIS	2,57	2,87	3,16	3,05	2,51	1,35	0,59	0,96	1,01	1,71	1,42	1,23	0,96	1,13	1,59	1,57	1,10
52	ALCODOAO	16,85	4,86	3,64	12,22	12,13	4,59	4,35	4,59	3,00	1,45	2,34	7,06	0,81	1,00	2,60	1,05	1,02
	DEMAIS PRODUTOS	13,39	12,97	11,18	11,00	13,42	14,60	12,06	13,09	19,61	20,60	17,15	20,41	20,89	17,89	20,59	18,43	8,66

Fonte: MDIC (2017), Elaboração Própria

O nível de concentração das exportações e importações de uma economia, dado pelo ICX e ICM, respectivamente, é um importante norteador na análise da vulnerabilidade de seu comércio externo, tendo em vista que, quanto mais concentradas estiverem as exportações em poucos setores, mais a economia estará sujeita às flutuações de demanda, o que pode implicar mudanças bruscas nas suas receitas de exportação (MELO, 2013)

O índice de concentração de importação revela que houve concentração dos produtos importados, ou seja, poucos setores representam uma maior parcela da pauta importadora. Isso pode representar um aumento da vulnerabilidade externa, a partir do momento que choques nos preços desses produtos terão impactos maiores na balança comercial no curto prazo, visto que em períodos de tempo curtos, há baixa possibilidade de substituição dos produtos importados. No que se refere a concentração dos produtos importados, percebe-se que há pouca variação, ou seja, a dinâmica de exportação continua a mesma no período observado

Tabela 5: Ceará-Índice de Concentração de Importação e Exportação-(2000-2016)

Ano	ICX	ICM
2000	39,68	39,27
2001	37,33	35,04
2002	37,91	39,09
2003	37,51	34,97
2004	37,14	33,96
2005	36,61	34,85
2006	37,73	47,77
2007	38,82	39,95
2008	39,18	31,46
2009	41,18	29,09
2010	42,00	34,29
2011	37,20	29,04
2012	38,71	30,62
2013	36,64	32,98
2014	39,02	30,08
2015	38,52	38,71
2016	34,91	51,88

Fonte: MDIC (2017)/Elaboração própria.

Nos últimos anos houve algumas modificações na posição e composição dos parceiros comerciais do Ceará. Os Estados Unidos que, em 2000, eram responsáveis por quase metade da pauta exportadora cearense, tiveram sua participação reduzida a aproximadamente 24% em 2016. A Argentina, principal comprador do Mercosul, manteve a segunda posição com participação relativa estagnada nos 9%, se analisados os anos 2000 e 2016.

A China apresentou crescimento acentuado na participação da pauta exportadora do Estado do Ceará. Melo, Moreira & Veloso (2010) retratam o forte ritmo de entrada da China no comércio internacional, com grandes escalas de produção e forte demanda por insumos. Tal crescimento chinês levou ao aumento dos preços de commodities na década de 2000, refletindo positivamente na participação do mesmo relação bilateral com o Ceará.

Tabela 6: Ceará- Principais Países de Destino em 2016 (2000-2016)

Rank(2016)	País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Estados Unidos	49,72	45,19	47,10	40,24	33,49	30,22	29,49	27,88	24,48	29,60	29,61	28,04	23,61	18,27	15,57	23,41	23,31
2	Argentina	9,12	7,70	2,59	6,05	7,40	8,96	9,91	10,19	9,29	8,21	9,76	10,29	9,19	7,17	4,44	5,92	9,22
3	Alemanha	1,75	1,53	1,69	1,90	1,96	1,23	1,71	2,82	2,38	3,13	2,38	2,82	3,47	4,31	3,32	5,73	7,05
4	Países Baixos (Holanda)	2,58	4,48	5,94	4,97	6,36	6,11	5,50	5,12	6,84	6,40	5,20	6,41	8,34	9,39	15,30	7,91	5,31
5	Hungria	0,13	0,19	0,16	0,13	0,12	0,09	0,09	0,10	0,12	0,43	0,19	1,32	3,59	3,39	3,89	4,15	4,41
6	México	0,79	1,05	1,54	3,05	4,48	3,87	3,53	2,95	2,87	1,78	1,93	1,70	2,39	1,99	1,85	2,59	4,14
7	Turquia	0,03	0,08	0,04	0,17	0,22	0,10	0,10	0,29	0,12	0,12	0,17	0,18	0,49	0,05	0,11	0,10	4,00
8	Itália	5,29	7,43	5,61	4,23	4,65	3,99	7,34	8,51	7,88	4,62	5,38	4,59	3,58	3,61	3,65	4,65	3,73
9	Reino Unido	1,76	2,55	2,94	2,35	1,84	4,00	5,24	6,21	9,05	9,96	9,50	6,12	4,51	3,51	3,48	5,02	3,58
10	Taiilândia	0,06	0,15	0,17	0,22	0,71	0,92	0,53	0,46	0,08	0,24	0,22	0,22	0,53	0,22	0,27	0,38	2,84
11	China	0,01	0,06	0,17	0,40	1,19	1,66	2,10	2,08	1,89	3,10	3,09	4,85	5,32	4,41	4,16	4,31	2,56
12	Espanha	2,20	2,54	3,23	4,79	5,01	5,57	3,74	2,08	2,52	2,35	2,57	2,26	2,32	2,32	2,12	2,75	2,11
13	Paraguai	2,20	1,88	1,29	1,27	1,60	1,86	2,02	1,83	1,76	1,59	2,10	1,82	2,04	2,20	2,35	2,94	1,98
14	Colômbia	1,49	1,45	1,20	0,84	0,84	0,83	1,00	0,74	0,96	0,96	0,84	1,20	1,50	1,52	1,80	2,61	1,80
15	Taiwan (Formosa)	0,16	0,06	0,09	0,17	0,05	0,04	0,07	0,19	0,12	0,11	0,29	0,28	0,28	0,33	0,46	0,53	1,70
16	Canadá	3,08	2,40	3,86	5,71	4,37	4,14	2,82	1,78	1,30	1,83	1,56	0,96	1,57	1,37	1,34	1,62	1,31
17	França	1,17	1,06	1,51	2,01	2,37	2,83	2,66	1,92	1,36	1,28	0,89	1,24	1,40	1,46	0,86	1,08	1,25
18	Tcheca, República	0,03	0,09	0,09	0,06	0,02	0,02	0,03	0,13	0,08	0,11	1,30	1,09	0,16	0,01	0,01	0,02	1,17
19	Indonésia	0,08	0,02	0,02	0,03	0,05	0,01	0,23	1,04	1,70	1,04	0,71	0,09	0,08	0,10	0,09	0,18	1,15
20	Peru	0,77	1,27	1,75	1,21	1,75	1,00	0,97	1,07	1,11	1,34	1,27	1,72	1,20	1,32	0,79	1,34	1,10
	Demais Países	82,44	81,18	80,96	79,77	78,50	77,46	79,07	77,40	75,91	78,20	78,98	77,20	75,54	66,96	65,85	77,23	83,72

Fonte: MDIC/Elaboração Própria, 2017

Ainda sobre o crescimento econômico chinês, é possível analisar que a China aumentou em 7 vezes a sua participação relativa em relação a pauta importadora cearense, chegando a quase 28 % em 2012.

A Tabela 6 mostra ainda que em 2000, apenas 4 países eram responsáveis por mais de 60% da exportação dos produtos cearenses. O cenário de 2016 mostra uma redução na concentração dos destinos, com a consequente redução da participação dos Estados Unidos. Uma análise mais simples conclui que quanto menor a concentração dos destinos, menor é a vulnerabilidade externa a falhas de mercados, como a existência de monopólio, por exemplo.

No que concerne as principais origens, nota-se o crescimento das relações bilaterais com a Coreia do Sul, fruto da intensa relação comercial promovida pelo Porto do Pecém e a Zona

de Processamento de Exportação do Ceará, tem-se que há possibilidade de inversão da relação de importação para exportação, segundo a professora Maria Cristina Pereira de Melo.³

Tabela 7-Ceará: Principais Países de Origem (2000-2016)

Rank(2016)	País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Coreia do Sul	1,65	3,01	1,69	0,39	0,94	2,59	2,04	0,76	0,53	3,97	1,13	0,64	2,31	3,07	6,57	4,14	36,07
2	China	2,07	4,55	3,10	5,05	6,57	7,12	6,25	13,33	21,38	14,83	21,63	16,00	27,62	26,35	24,03	21,76	14,87
3	Estados Unidos	8,25	12,03	34,22	15,51	12,78	6,96	8,22	8,41	11,08	5,64	10,12	16,20	9,53	12,73	10,85	5,08	7,33
4	Alemanha	3,42	4,25	12,42	2,20	3,34	4,71	2,89	5,23	5,40	6,36	7,76	6,57	3,23	4,58	3,50	3,41	5,78
5	Áustria	0,01	0,19	0,03	0,16	0,18	0,15	0,22	0,53	0,64	1,48	1,09	0,99	1,54	1,02	0,77	0,72	4,69
6	Colômbia	1,21	2,59	0,29	1,10	0,74	0,11	0,48	1,14	3,58	1,68	1,10	3,49	3,46	2,76	6,75	7,22	3,89
7	Argentina	21,31	23,90	17,10	21,95	22,94	23,93	11,75	10,96	10,83	7,27	5,44	11,67	8,76	5,79	2,10	6,48	3,86
8	Espanha	0,82	0,41	0,29	0,79	0,41	0,49	0,70	0,16	3,72	1,48	0,68	1,18	1,71	4,43	1,67	5,40	2,98
9	Nigéria	0,30	0,12	0,13	0,00	0,10	0,72	0,19	0,00	0,07	1,15	3,30	0,23	2,39	0,00	1,19	4,25	2,30
10	Austrália	0,07	0,09	0,05	0,00	0,06	0,17	0,19	0,04	0,42	1,07	0,61	1,32	1,46	0,29	0,64	0,68	1,97
11	Noruega	0,01	0,03	0,14	0,56	0,01	0,06	0,00	5,48	0,03	0,05	0,06	0,08	0,10	1,50	4,97	5,74	1,31
12	Indonésia	0,41	0,32	0,39	0,15	0,86	0,12	0,71	0,41	0,52	3,27	1,99	1,72	1,64	1,34	2,40	2,17	1,23
13	Índia	0,25	1,51	3,32	1,09	6,59	16,66	15,79	17,79	9,98	12,07	1,70	4,07	2,44	1,82	3,54	2,57	1,13
14	Catar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,55	2,29	1,27	0,00	4,46	1,12
15	Itália	3,38	3,01	3,69	3,78	4,64	3,25	1,20	1,37	1,48	1,70	6,02	2,78	5,18	2,74	4,04	1,26	0,79
16	Reino Unido	0,82	0,90	0,33	0,24	0,35	0,39	0,21	0,10	0,29	0,26	1,40	2,90	0,40	0,19	0,36	0,27	0,78
17	Taiwan (Formosa)	3,64	2,69	1,95	1,81	1,40	0,71	0,55	1,43	1,96	1,90	2,31	1,17	1,71	1,41	1,14	1,20	0,76
18	Uruguai	1,32	1,15	0,57	0,71	1,31	0,25	0,28	0,39	1,03	2,69	2,68	1,82	1,27	0,84	1,24	0,79	0,75
19	Canadá	1,67	1,69	0,92	2,68	0,80	1,00	1,35	3,52	3,49	2,71	2,05	1,21	0,37	1,22	1,61	2,54	0,73
20	Dinamarca	0,59	0,05	0,10	0,06	0,03	0,05	0,05	0,03	0,37	0,23	0,08	2,40	1,77	0,99	0,15	0,51	0,68
	Demais Países	51,21	62,49	80,74	58,25	64,05	69,43	53,08	71,07	76,81	69,82	71,15	79,01	79,19	74,33	77,50	80,64	93,02

Fonte: MDIC/Elaboração Própria, 2017

O nível de concentração dos destinos e origens de uma economia é dado pelo ICD e ICO, respectivamente. Maior concentração na pauta de destinos de uma economia reduz, ainda, as potencialidades de expansão do comércio e compromete o setor externo, uma vez que o desempenho fica associado aos poucos países. Análise similar pode ser feita com a concentração na pauta de origens.

Do lado das exportações, estas tiveram seus destinos mais desconcentradas ao longo do período observado em que houve queda do Índice de Concentração dos Destinos (ICD) de 39,67 para 28,55. Isso porque houve redução da dependência do comércio externo cearense em relação aos Estados Unidos, que, em 2000, representava quase 50 % da pauta exportadora do Ceará. A desconcentração representa também a entrada e o crescimento da relação com outros parceiros comerciais, o que minimiza a vulnerabilidade externa.

³ Achou-se de suma importância abordar as informações obtidas durante a reunião ocorrida entre o pesquisador e o orientador durante a construção deste trabalho.

Percebe-se que, em 2016, houve crescimento acentuado da participação da Coreia do Sul na pauta importadora do Ceará. Isso é reflexo direto da instalação da ZPE do Ceará que expandiu a produção do setor de ferro fundido e estreitou as relações comerciais com este país em questão. No que concerne ao índice de concentração das origens, tem-se que o aumento registrado, em 2016, é um caso atípico, fortalecido pela relação comercial com a Coreia do Sul. Registra-se, então, que houve queda do índice de concentração das origens ao longo do período observado.

Tabela 8- Ceará-Índice de Concentração de Destinos e Origens- (2000-2016)

Ano	ICD	ICO
2000	39,67	35,03
2001	37,33	39,26
2002	48,66	41,76
2003	42,50	35,94
2004	36,70	31,55
2005	34,17	32,89
2006	34,07	30,61
2007	32,99	29,05
2008	30,66	30,43
2009	34,15	24,85
2010	34,34	28,46
2011	32,69	28,25
2012	29,16	32,40
2013	26,16	33,03
2014	26,26	30,62
2015	37,14	28,34
2016	28,55	41,12

Fonte: MDIC/Elaboração Própria, 2017

4 ZONA DE PROCESSAMENTO

No presente capítulo, será abordada a importância do comércio exterior no desenvolvimento e na redução de desigualdades regionais, e explanados a relevância das zonas de processamento de exportação, origem e suas características.

É caracterizado como Zona de Processamento de Exportação áreas de livre comércio de importação e de exportação, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, objetivando a redução de desequilíbrios regionais, o fortalecimento do balanço de pagamentos e a promoção da difusão tecnológica e do desenvolvimento econômico e social do País (Lei nº 11.508, de 2007, art. 1º, caput e parágrafo único). É um instrumento de competitividade, que na visão cepalina pode minimizar as perdas dos termos de troca provocados pela relação inter-setorial entre os países tecnologicamente avançados e os países primários.

Andrade (2016) distingue as ZPEs e as Zonas Francas em duas características, a primeira tem limitação de até 20% de comercialização com o mercado interno (mas ao entrar no mercado interno, os produtos oriundos das ZPEs não serão isentos de tributos) enquanto que a zona franca tem livre entrada na comercialização de mercadorias. A outra diferença é que as ZPE'S caracterizam-se apenas pela atividade industrial, sendo a ZPE uma modalidade das Zonas Francas. O que ambos possuem em comum é que são instrumento de política comercial para induzir o desenvolvimento regional.

De acordo com o Banco Mundial a Zona de processamento de exportação é tratado como um subconjunto das Zonas Econômicas Especiais. A diferença de conceitos abrangidos pelo Banco mundial serve para interpretar corretamente os dados divulgados pelas instituições (MORAES, 2015). Abaixo, seguem as características das Zonas Econômicas Especiais, e a definição mais apropriada de Zona de Processamento de Exportação pelo Banco Mundial.

Tabela 9: Conceito de Zonas Econômicas

Tipos de Zona	
Nomenclatura	Descrição
Zona de Livre Comércio	São zonas cercadas, livre de tarifas, e oferecem facilidades logísticas, facilidades para o armazenamento e distribuição, operações de transbordo e reexportação
Zona de Processamento de Exportações	São áreas industriais voltadas primariamente ao mercado externo. Zonas híbridas são geralmente divididas em uma área geral para todas as empresas, e uma específica para as predominantemente exportadoras.
Zonas Empresariais	Possuem o objetivo de revitalizar áreas urbanas e rurais específicas através da provisão de incentivos e financiamentos.
Porto Franco	Geralmente ocupam grandes áreas. Abarcam diversas atividades incluindo turismo e vendas de varejo. Permite residência dentro do local e oferece uma série abrangente de incentivos e benefícios
ZPE "Single Factory"	Oferecem benefícios para empresas individuais, independente da localização.
Zonas Especializadas	Incluem parques de ciência e tecnologia, zonas petroquímicas, parques logísticos e outros

Fonte: Extraído da defesa de obtenção de especialista em relações Internacionais Bruno de Paula Moraes, Brasília, 2015

Para Andrade (2016), as Zonas de processamento de exportação têm como principais objetivos:

- I) Atrair investimentos estrangeiros;
- II) Reduzir desequilíbrios regionais;
- III) Fortalecer a balança de Pagamentos;
- IV) Promover a difusão tecnológica;
- V) Criar empregos;
- VI) Promover o desenvolvimento econômico e social do país;
- VII) Aumentar a competitividade das exportações brasileiras.

Serra (1988) afirma que as ZPEs, em vez de trazer benefícios ao balanço de pagamentos, poderia contribuir para aumentar o déficit público, fraturando a estrutura industrial brasileira, além de atenuar os desequilíbrios existentes. Tal afirmação, em consoante discordância com Andrade (2016), retrata que o debate em relação as ZPEs brasileiras não soam de forma unânime quanto aos seus benefícios de redução de desigualdade regional.

Moraes (2015) identifica sete determinantes do sucesso de uma Zona Econômica, apresentando as seguintes características:

- I) A ZPE não pode ser o principal motor para o crescimento econômico, mas sim, uma opção complementar;
- II) O setor privado e o governo devem estar unidos para consolidar as ZPEs;
- III) Monitoramento sobre os padrões ambientais, sociais e trabalhistas;
- IV) A escolha da localização é um dos pontos estratégicos, em que a ZPE deva ficar em proximidade aos principais mercados consumidores;
- V) A infraestrutura logística é fator chave do sucesso de uma ZPE;
- VI) Eficiência dos serviços de aduana dentro do local;
- VII) Acesso a outros mercados como fator de decisão do investimento.

Moraes (2015) destaca ainda que os obstáculos mais comuns ao sucesso das ZPE são os seguintes problemas:

- I) Localização ruim, com altas despesas de capital;
- II) Políticas com rígidas exigências de desempenho;
- III) Infraestrutura inadequada para o desenvolvimento correto das atividades;
- IV) Excesso de burocracia entre os órgãos envolvidos na administração.

A ZPE ficou bastante conhecida devido ao sucesso econômico e sua efetividade em áreas como China, Coreia do Sul e Taiwan, ao mesmo tempo que também colecionou alguns fracassos, como identificado na África (MORAES,2015)

Atualmente, existem 24 ZPEs criadas em diferentes fases pré-operacionais, distribuídas em vinte estados brasileiros. Cinco delas estão em estágio adiantado de implantação: Ceará, Acre, Piauí, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A do Estado do Ceará, localizado no Porto do Pécem é a única ZPE em atuação ⁴.

⁴ <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/08/entra-operacao-em-a-primeira-zona-de-processamento-de-exportacao-do-brasil>

4.1 Zona de Processamento do Porto do Pecém

A Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE Ceará) é responsável por implantar, administrar e desenvolver a Zona de Processamento de Exportação do Pecém. A ZPE Ceará está instalada inicialmente em uma área de 576 hectares, no município de São Gonçalo do Amarante, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a 56 quilômetros de Fortaleza.

A primeira empresa instalada na ZPE, e em regime de ZPE, foi a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Segundo a ZPE Ceará (2017), a CSP gerou 15 mil empregos diretos e 8 mil empregos indiretos apenas na fase de construção e 4 mil empregos diretos e 10 mil indiretos quando em operação total.

A segunda empresa a se instalar na ZPE foi a Vale Pecém, cuja estimativa da ADECE foi de geração de 180 empregos diretos ainda em 2015, ano do início das operações. Outras duas empresas estão em fase de operação que são a White Martins, com perspectiva de geração de mais de 480 empregos diretos e indiretos e a Phoenix do Brasil, com cerca de 500 empregos diretos e indiretos gerados (ZPE CEARÁ, 2017).

A construção da Zona de Processamento de Exportação do Ceará tem como objetivo fortalecer a economia cearense no cenário internacional, tornando uma estratégia importante para maximizar as relações comerciais com o resto do mundo (ARAÚJO,2014).

De acordo com Araújo (2014), espera-se que a ZPE do Porto do Pecém substancie a economia cearense nos seguintes quesitos econômicos:

- 1) Aumento das exportações e do saldo da balança comercial;
- 2) Atração de investimentos estrangeiros;
- 3) Geração de empregos e aumento da massa salarial;
- 4) Aumento da arrecadação própria estadual;
- 5) Desenvolvimento local e regional.

Recentemente, o presidente da ZPE-CE, Mário Lima Júnior, destacou que “existe uma área reservada para empresas com potencial exportador não só na parte de manufaturados mas na de serviços” (POVO,2017)⁵. Tal afirmação amplia as expectativas de geração de emprego e renda na região de São Gonçalo do Amarante e proximidades.

⁵ <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/11/governo-apresentara-espaco-e-regras-para-instalar-pequenos-empreendime.html>

5. SÃO GONÇALO E OS AVANÇOS PROMOVIDOS PELA ZPE

Nos últimos anos, a Região de São Gonçalo do Amarante apresentou forte crescimento econômico e rápida expansão do comércio internacional. Diversos fatores contribuíram para os resultados apresentados neste trabalho, dentre eles a política fiscal baseado na exportação, com vistas a atração de empresas, geração de emprego e renda.

Este capítulo busca analisar o desempenho da economia e os avanços promovidos pela implantação da ZPE no município de São Gonçalo. Com isso, este capítulo irá demonstrar as transformações no comércio exterior da região, bem como as mudanças econômicas que beneficiaram o município nos últimos anos.

5.1 Impactos Econômicos

O Estado do Ceará, desde o governo Tasso Jereissati (Governo das Mudanças) tem buscado tornar a economia cearense mais competitiva, tanto no cenário interno, quanto no cenário externo. No que se refere a esse processo em busca do dinamismo econômico, constata-se que a criação do ZPE é uma ferramenta para desenvolver a economia cearense.

A ADECE afirma que os investimentos realizados para a realização da construção e funcionamento da Companhia Siderúrgica do Pecém estão na ordem de US\$ 5,4 bilhões, valor considerado alto e que gerou fortes impactos econômicos na região de São Gonçalo do Amarante e proximidades.

Ainda segundo estudo da ADECE, tem-se que o PIB da região aumentou em cerca de 114% em valores reais apenas no período entre 2011 e 2014. Nota-se ainda que o PIB *per capita* da região tornou-se 2,3 maior que o PIB *per capita* do cearense, o que mostra os impactos diretos em termos de aumento da massa salarial em um curto espaço de tempo, saltando da 7ª para a 2ª colocação do ranking cearense, com PIB *per capita* inferior apenas ao município de Eusébio.

Tabela 10: São Gonçalo do Amarante- Indicadores Econômicos

Variável	Valor
Investimento Estimado	US\$ 5,4 Bilhões
Capacidade de Produção	3 milhões de toneladas de aço/ano
Empregos na Construção	23 mil diretos e indiretos
Empregos na Operação	12 mil empregos diretos e indiretos
PIB 2011 São Gonçalo do Amarante (Ranking: 19º)	R\$ 592.282.441
PIB 2014 São Gonçalo do Amarante (Ranking: 8º)	R\$ 1.515.257.375
Crescimento Nominal do PIB de São Gonçalo do Amarante (2011-2014)	155,83%
Crescimento Real do PIB de São Gonçalo do Amarante (2011-2014)	114,48%
PIB per capita 2011 São Gonçalo do Amarante (Ranking: 7º)	R\$ 13.302
PIB per capita 2014 São Gonçalo do Amarante (Ranking: 2º)	R\$ 32.389
Crescimento Nominal do PIB per capita de São Gonçalo do Amarante 2011-2014	143,49%
Crescimento Real do PIB per capita de São Gonçalo do Amarante (2011-2014)	104,13%
PIB per capita 2014 Ceará	R\$ 14.255
PIB per capita 2014 São Gonçalo do Amarante/ PIB per capita 2014 Ceará	2,3

FONTE: ADECE; IPECE e IBGE.

Após a implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém e da empresa Vale Pecém na ZPE de São Gonçalo, as transações externas do município aumentaram de forma significativa. Em 2010, não houve registros de exportação, enquanto que, em 2016, as exportações alcançaram o volume superior a US\$ 238 milhões.

No que concerne as importações, realizou-se um aumento de aproximadamente 6 vezes o montante importado durante o período compreendido entre 2010 e 2016. O déficit elevado ocorreu em função das altas nas importações de produtos que sinalizam alta de investimentos na região e demanda aquecida dos mesmos. Isso porque o crescimento das importações alavancado por bens de capital, matérias-primas, significam novos investimentos realizados na região da ZPE.

Tabela 11: São Gonçalo- Evolução do Saldo da Balança Comercial (2010-2016) (US\$)

ANO	EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO		SALDO (A) – (B)
	VALOR (A)	VALOR (B)	
2010	0	377.348.999	-377.348.999
2011	0	246.326.580	-246.326.580
2012	0	744.548.846	-744.548.846
2013	0	1.030.467.655	-1.030.467.655
2014	487.567	863.641.530	-863.153.963
2015	1.321.324	1.053.883.106	-1.052.561.782
2016	238.256.271	2.279.168.053	-2.040.911.782

Fonte: SECEX / MDIC, 2017. Elaboração própria

O crescimento das transações externas de São Gonçalo do Amarante deu-se, ainda, no curto prazo, visto que, em 2015, a participação das exportações eo município representava apenas 0,1 % do total realizado no Estado do Ceará, enquanto, que em 2016, passou a representar 18%, representando variação de cerca de 18 %. Tais fatos indicam o bom desempenho das exportações, e o dinamismo econômico do município.

Tabela 12- Ceará- Valor das Exportações Por Municípios (2015 – 2016)

Municípios	2015		2016		Var.(%)
	US\$ FOB	Part.(%)	US\$ FOB	Part.(%)	
São Gonçalo do Amarante	1.321.324	0,1	238.256.271	18,0	17.931,6
Fortaleza	178.888.036	16,2	164.542.087	12,4	-8,0
Sobral	184.470.942	16,8	152.822.114	11,6	-17,2
Cascavel	134.448.048	12,2	116.897.347	8,8	-13,1
Icapuí	110.630.461	10,0	97.085.020	7,3	-12,2
Maracanaú	98.568.741	9,0	91.565.240	6,9	-7,1
Caucaia	50.336.912	4,6	88.034.088	6,7	74,9
Uruburetama	62.545.328	5,7	79.480.880	6,0	27,1
Eusébio	66.445.317	6,0	46.255.234	3,5	-30,4
Itapipoca	24.002.653	2,2	45.003.677	3,4	87,5
Aquiraz	24.944.429	2,3	33.443.410	2,5	34,1
Aracati	22.282.355	2,0	21.688.663	1,6	-2,7
Itarema	20.406.994	1,9	19.483.598	1,5	-4,5
Pacajus	12.211.716	1,1	18.281.096	1,4	49,7
Paraipaba	18.306.381	1,7	16.187.731	1,2	-11,6
Ubajara	19.585.945	1,8	15.312.808	1,2	-21,8
Horizonte	6.642.572	0,6	13.396.888	1,0	101,7
Camocim	6.839.982	0,6	12.788.377	1,0	87,0
Russas	13.761.570	1,3	12.164.959	0,9	-11,6
Quixeramobim	9.045.106	0,8	8.158.078	0,6	-9,8
<i>Principais Países (20 Maiores)</i>	1.065.684.812	96,8	1.290.847.566	97,6	21,1
<i>Demais Países</i>	35.231.552	3,2	31.091.531	2,4	-11,8
Total	1.100.916.364	100,0	1.321.939.097	100,0	20,1

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: IPECE.

O crescimento da pauta exportadora foi oriundo, principalmente, da exportação de produtos semimanufaturados de ferro (7207) que, até 2015, não havia registros de vendas, e em

2016 exportou US\$ 178 milhões. Os principais destinos dos produtos semimanufaturados de ferro são Turquia (28,62%), Tailândia (17,96%) e México (12,11%).

Outro produto que obteve aumento de exportação foi Gás de Petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos (2711), que também não exportava até 2015 e passou a exportar mais de US\$ 50 milhões em 2016⁶. Os principais destinos do produto Gás de Petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos são Argentina (72,04%), México (22,20%) China (3,27%) e Japão (2,49%).

Tabela 13- São Gonçalo do Amarante -Principais Produtos Exportados -2011-2016 (US\$)

NCM	PRODUTOS	2011 US\$	2012 US\$	2013 US\$	2014 US\$	2015 US\$	2016 US\$
7207	Produtos semimanufaturados de ferro	0	0	0	0	0	178.275.012
2711	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	0	0	0	0	0	57.436.064
2706	Alcatrões de hulha, de linhita ou de turfa e outros alcatrões minerais	0	0	0	0	0	977.674
2707	Óleos e outros produtos provenientes da destilação dos alcatrões de hulha	0	0	0	0	0	756.819
303	Peixes congelados, exceto os filés de peixes e outra carne de peixes da posição 03.04	0	0	0	0	0	653.227
2516	Granito, pórfiro, basalto, arenito e outras pedras de cantaria ou de construção	0	0	0	487.567	1.321.324	121.911
2506	Quartzo (exceto areias naturais); quartzites,	0	0	0	0	0	35.420
6211	Fatos de treino para desporto, fatos-macacos e conjuntos de esqui,etc	0	0	0	0	0	144

Fonte: MDIC/Elaboração Própria

As principais empresas exportadoras estão localizadas na ZPE, caso da CSP e da Petrobras, cuja exportações estão nas faixas de valores são superiores a US\$ 100 milhões e US\$ 50 milhões, respectivamente. Ressalta-se ainda, que há espaço para aumento desses valores, bem como existem iniciativas de atração de novas empresas para região.

Quadro 1: São Gonçalo- Empresas Exportadoras: Faixa de Valor Exportado (US\$ FOB) (2016)

⁶ Por razões econômicas estratégicas, o MDIC não fornece informações de exportação/importação com a nomenclatura de 8 dígitos.

EMPRESA	MUNICÍPIO	UF	FAIXA DE VALOR EXPORTADO
CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECÉM	SAO GONCALO DO AMARANTE	CE	1 - Acima de US\$ 100 milhões
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	SAO GONCALO DO AMARANTE	CE	2 - Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões
CRUSOE FOODS INDUSTRIA, IMPORT ACAO E EXPORT ACAO LTDA	SAO GONCALO DO AMARANTE	CE	6 - Até US\$ 1 milhão
MINERACAO VULCANO LTDA	SAO GONCALO DO AMARANTE	CE	6 - Até US\$ 1 milhão
F E N DE MEDEIROS - ME	SAO GONCALO DO AMARANTE	CE	6 - Até US\$ 1 milhão

Fonte: MDIC/Elaboração Própria

No que concerne à importação, há forte concentração setorial, visto que o setor de Reatores Nucleares, Caldeiras, Máquinas, etc (84) concentram aproximadamente US\$ 1,5 bilhões dos US\$ 2,28 bilhões que foram importados pela região. Tal concentração deve-se as características das empresas instaladas no Porto do Pecém e na ZPE de São Gonçalo, visto que algumas dessas empresas estão em fase de construção, demandando muita matéria-prima e ferramentas apropriadas para instalação do mesmo.

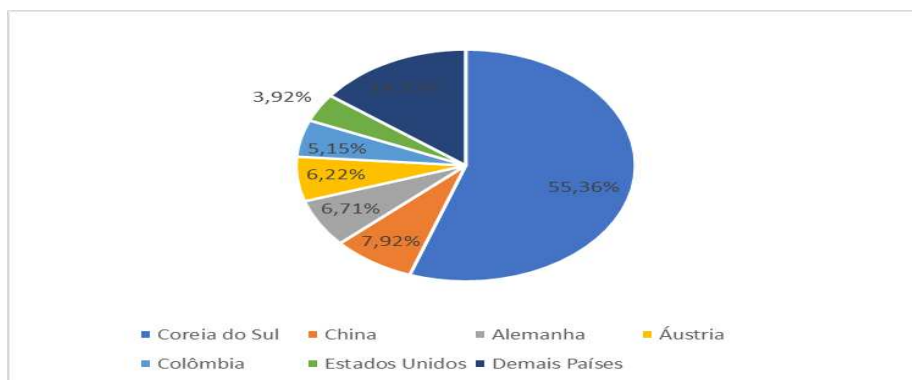
Tabela 14-São Gonçalo do Amarante-Principais Setores Importados-2011-2016 (US\$)

NCM	SETORES	2010 US\$	2011 US\$	2012 US\$	2013 US\$	2014 US\$	2015 US\$	2016 US\$
84	REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, ETC.	56.012.000	24.651.145	334.709.183	198.108.402	60.642.032	51.594.709	1.496.607.979
27	COMBUSTÍVEIS MINERAIS, ÓLEOS MINERAIS, ETC.	275.758.805	200.012.542	298.702.480	696.224.740	611.270.124	908.654.345	482.118.611
85	MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS, ETC	15.118.254	9.008.300	63.242.207	736.374	20.962.054	17.552.043	236.266.962
73	OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO	5.063.777	5.690.584	6.544.694	78.288.406	145.773.589	36.115.474	18.510.185
72	FERRO FUNDIDO, FERRO E AÇO	5.674.790	219	14.555.556	28.958.598	410.696	2.229.425	11.288.039
31	ADUBOS OU FERTILIZANTES	0	0	0	0	7.320.541	10.127.334	7.770.336
87	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, TRATORES, ETC.	4.058.728	3.879.612	0	1.776.973	2.140.213	50.209	5.597.956
38	PRODUTOS DIVERSOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS	0	840	625	741.941	120.535	344.360	5.053.157
69	PRODUTOS CERAMICOS	0	5.921	0	17.919.836	1.870.467	39.592	4.980.807
90	INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓPTICA, FOTOGRAFIA, ETC.	2.035.844	1.044.766	251.681	253.740	234.673	7.802.046	2.746.669
3	PEIXES E CRUSTÁCEOS, MOLUSCOS E OUTROS INVERTEBRADOS	48.727	0	0	0	108.050	2.814.469	2.499.131
81	OUTROS METAIS COMUNS, CERAMAS, OBRAS DESSAS MATÉRIAS	34.695	30.157	2.057	0	0	0	2.008.476
83	OBRAS DIVERSAS DE METAIS COMUNS	4.445	8.309	54.046	3.412	797.355	2.428.783	1.072.807
40	BORRACHA E SUAS OBRAS	30.548	419.426	240.701	53.958	878.797	857.436	670.743
94	MÓVEIS, MOBILIÁRIO MÉDICO-CIRURGIÃO, COLCHÕES, ETC.	0	10.969	0	1.539	38	4.937.275	556.107
28	PRODUTOS QUÍMICOS INORGÂNICOS, ETC.	11.074.217	699.276	1.635.336	0	622.931	577.894	488.208
	DEMAIS SETORES	2.383.624	864.456	666.374	1.515.597	6.827.760	2.468.278	401.084
25	SAL, ENXOFRE, TERRAS E PEDRAS, GESSO, CAL E CIMENTO	22.899	58	161	256.934	208	95.899	198.603
82	FERRAMENTAS, ARTEFATOS DE CUTELARIA, ETC.	27.646	0	1.267	10.206	297.938	299.033	142.487
71	PEROLAS NATURAIS OU CULTIVADAS, PEDRAS PRECIOSAS, ETC.	0	0	0	0	0	0	98.363
68	OBRAS DE PEDRA, GESSO, CIMENTO, AMIANTO, MICA, ETC.	0	0	23.942.478	5.616.999	3.363.529	4.894.502	91.343
	TOTAL	377.348.999	246.326.580	744.548.846	1.030.467.655	863.641.530	1.053.883.106	2.279.168.053

Fonte: MDIC/Elaboração Própria

Ressalta-se que a Coreia do Sul foi responsável por 55% das importações de São Gonçalo do Amarante, o que corrobora na forte relação bilateral entre o município e o país citado. Além de exportar matéria-prima e tecnologia, a Coreia do Sul também forneceu mão de obra qualificada para a região.

Figura 2-São Gonçalo do Amarante-Principais Origens das Importações (2016)

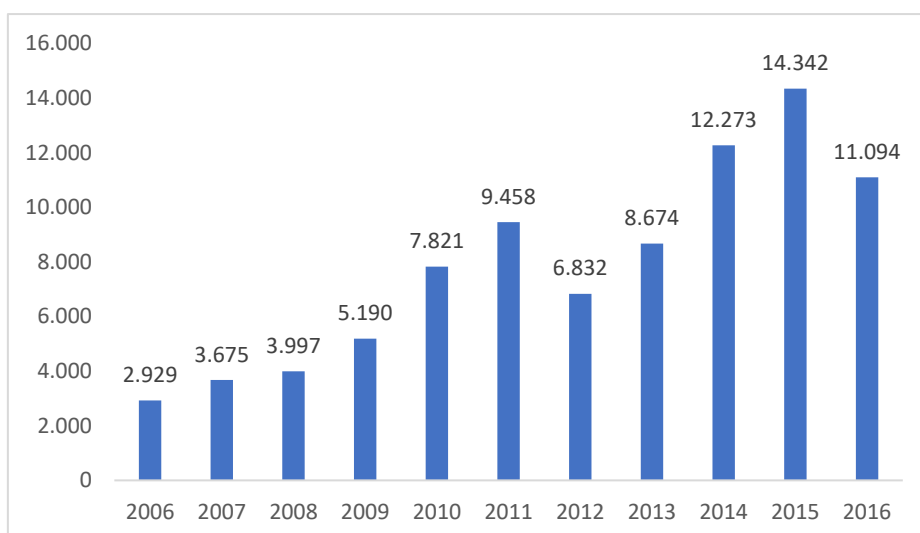


Fonte: MDIC/ Elaboração Própria.

5.2 Geração de empregos

A implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém tem contribuído significativamente para melhoria nos indicadores de ocupação de trabalho. Nota-se que o mercado de trabalho formal triplicou a quantidade de empregos, se comparado 2006 com 2016. Com a instalação da ZPE-CE em 2013, houve impacto quase que imediato na criação de aproximadamente 3500 empregos formais entre 2013 e 2014, o que indica que as obras de infraestrutura da ZPE estão avançando de forma contínua.

Figura 3- São Gonçalo do Amarante- Evolução do estoque de empregos formais- 2006-2016



Fonte: Rais Caged/ Elaboração Própria

A análise da tabela 15 revela o impacto da geração de empregos formais por atividades setoriais. Nota-se que a instalação da Companhia Siderúrgica Porto do Pecém teve impacto

direto na geração de empregos da indústria de transformação, bem como a instalação das outras empresas da ZPE, como a Vale do Pecém, que contribuíram no aumento de aproximadamente 6,3 vezes o volume de emprego formal neste setor que representa 38,4 % dos empregos formais do município de São Gonçalo do Amarante.

Tabela 15- São Gonçalo do Amarante -Evolução do estoque de empregos formais por atividades- 2006-2016

Discriminação/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Extrativa Mineral	-	-	-	27	37	32	33	2	-	-	-
Indústria de Transformação	670	612	634	928	1.340	1.076	1.011	1.065	1.402	3.606	4.263
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3	10	27	20	129	164	181	238	320	317	6
Construção Civil	8	71	199	1.091	2.833	2.924	956	1.998	4.429	3.881	1.094
Comércio	147	160	214	227	328	460	482	502	532	647	782
Serviços	499	1.037	1.083	634	770	1.293	1.364	1.337	1.720	1.582	2.395
Administração Pública	1.389	1.485	1.535	2.017	2.128	3.219	2.523	3.185	3.611	4.079	2.417
Agropecuária	213	300	305	246	256	290	282	347	259	230	137
Total	2.929	3.675	3.997	5.190	7.821	9.458	6.832	8.674	12.273	14.342	11.094

Fonte: Rais/Caged

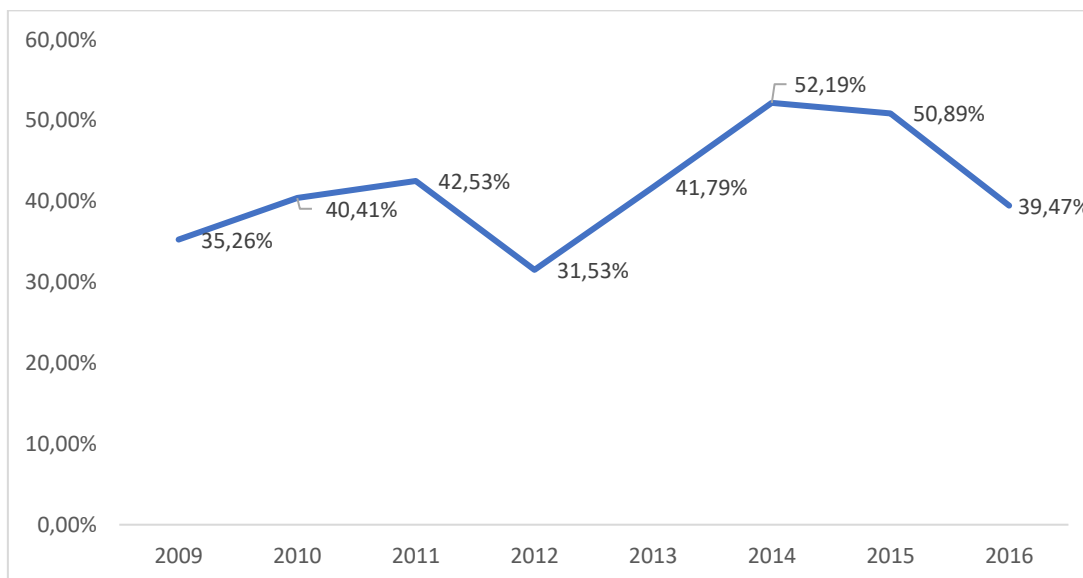
5.2 Impactos Fiscais

As empresas instaladas na ZPE expandiram a arrecadação tributária no município de São Gonçalo do Amarante, visto que houve aumento do setor de serviços. O esforço fiscal é uma variável importante para medir o quão vulnerável uma economia é em relação aos choques externos.

No gráfico 4 observa-se que houve um aumento gradual do índice de esforço fiscal de São Gonçalo do Amarante, em que o aumento de receita própria foi alavancado pelo crescimento econômico dos últimos anos. Ressalta-se que o município em questão possui a maior relação de arrecadação própria (ISS, IPTU, ITBI)⁷ em relação as receitas correntes. A queda do esforço fiscal, em 2016, deveu-se a fatores macroeconômicos de aumento das transferências correntes devido à Lei da Repatriação (Lei nº 13.254/2016), e também à redução da receita tributária própria, por fatores de queda econômica nas esferas nacional e estadual.

⁷Tributos municipais: IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano); ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis).

Figura 4-São Gonçalo do Amarante- índice de esforço fiscal próprio⁸

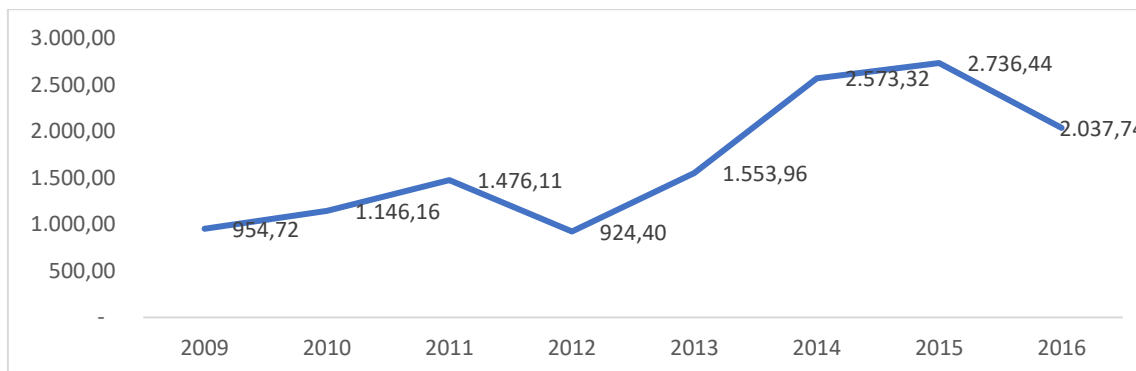


Fonte: RREO/São Gonçalo do Amarante

A receita tributária, que aumentou o índice de esforço fiscal, teve crescimento acelerado após 2013, como comentado acima, impulsionado pela instalação das novas empresas da região, aumentando em 2,13 vezes, se comparados os anos de 2009 e 2016. O aumento da receita tributária própria está diretamente correlacionado com a saúde fiscal do município, além de fornecer melhores estruturas para que o mesmo forneça serviços básicos para a população sem estar estritamente vulnerável aos choques fiscais dos demais entes federativos.

⁸ O indicador foi criado por CIALDINI, Alexandre S. e AFONSO, José Roberto. (2014) Os Municípios e a Lei de Responsabilidade Fiscal: de conceitos a indicadores. In: Observatório da Federação. Pode ser acessado no portal Instituto Brasiliense de Direito Público-IDP- Escola de Administração de Brasília (<http://www.idp.org.br/observatorio-da-federaacao>). Posteriormente, o trabalho foi publicado em livro intitulado Gestão Pública e Direito Municipal. Série IDP. São Paulo: Saraiva, 2016, tendo como coordenadores Gilmar Mendes Ferreira e Rafael Araripe Carneiro.

Figura 5-- São Gonçalo do Amarante- Evolução da Receita Tributária per capita – (2009-2016)



Fonte: RREO/São Gonçalo do Amarante.

Por último este trabalho analisa os avanços no que concerne ao desenvolvimento da região. O conceito de desenvolvimento econômico deixou de ser restrito ao simples crescimento da massa salarial dos habitantes de determinada sociedade, passou a contemplar avanços sociais como acesso aos serviços básicos como saúde e educação.

Neste contexto, este trabalho utiliza o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)⁹ para fazer uma análise multidimensional do avanço socioeconômico do Município de São Gonçalo. Para estudo de investigação, o IDM serve para classificar os 184 municípios e suas respectivas colocações no contexto cearense, em que o índice varia de 0 a 100, quanto mais próximo de 100, melhor a situação do município em questão.

Ao analisar o histórico do IDM de São Gonçalo do Amarante, observa-se que houve avanço do indicador ao longo do período observado, visto que, em 2004, o município encontrava-se na 40ª colocação e, ao longo de 12 anos, conseguiu chegar a 3ª posição, atrás apenas de Eusébio e Fortaleza, respectivamente.

⁹ Este trabalho utiliza o IDM por obter resultados mais atualizados do que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para o cálculo do IDM são empregados trinta indicadores relacionados a aspectos fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos, sendo elaborado pelo IPECE a cada dois anos

Tabela 16- São Gonçalo do Amarante- Evolução do IDM (2004-2016)

Ano	IDM	Ranking
2004	29,98	40
2006	40,69	22
2008	46,13	10
2010	47,91	7
2012	57,06	3
2014	58,98	3
2016	66,46	3

Fonte: IPECE

Nota-se que houve aumento significativo do IDM após a instalação da Zona de Processamento de Exportação, podendo afirmar que há forte correlação entre a geração de empregos gerado pela ZPE com o aumento do acesso aos serviços essenciais que melhoraram a qualidade de vida média da população.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, observou-se que as ZPEs são instrumentos crucialmente importantes para diminuição dos desequilíbrios regionais e difusão de progresso técnico. O estudo mostra que a ZPEs parece ter funcionado ao cumprir seus objetivos de aumentar as exportações e atrair investimentos para a região.

A análise dos resultados permite chegar à conclusão de que a Zona de Processamento do Porto do Pecém contribuiu para a melhoria dos indicadores econômicos e de desenvolvimento. Tais resultados foram produtos do aumento do PIB e do PIB *per capita* do município, aumento da arrecadação tributária, geração de emprego e renda, melhoria do IDM, dentre outros pontos positivos.

Do ponto de vista do comércio exterior, a região de São Gonçalo passou a ser destaque estadual, saltando de uma participação pequena de apenas 0,1% para 18% da pauta exportadora do Estado do Ceará. Ressalta-se que existe esforço concentrado na promoção de geração de emprego e renda na região com atração de novas empresas na Zona de Processamento do município.

Além disso, a ZPE modificou a economia a dinamizar a pauta importadora e exportadora da região, isto é, houve mudança da composição setorial. Contudo, é necessário que as indústrias instaladas na ZPE estejam conectadas com as indústrias locais, para que promova desenvolvimento local integrado, e formação de efeitos de encadeamentos para trás e para frente.

Nesse sentido, este trabalho tem como conclusão básica que a ZPE gerou efeitos imediatos de crescimento e desenvolvimento econômico, contudo, tem-se que tal efeito pode ter uma prospecção maior e promover desenvolvimento em todo o Estado do Ceará, se as indústrias estiverem conectadas com as vantagens comparativas locais.

Conclui-se que os benefícios tributários, cambiais e administrativos oferecidos na Zona de Processamento estão levando competitividade para a economia de todo o Estado do Ceará, reduzindo disparidades regionais, gerando empregos formais e perspectivas de desenvolvimento local sustentável e de longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Ramá Lucas. Zona de Processamento do Pecém/Ceará e a regulamentação sobre subsídios. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v.1, n.181, p42-60, jun/2016.

AMARAL FILHO, Jair do. **INCENTIVOS FISCAIS E POLÍTICAS ESTADUAIS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), 2003. 33 p.

AMARAL FILHO, Jair do. Prebisch-Cepal: revisitando o 'Manifesto de Havana'. In: IV ESHET Latin American Conference, 2014, Belo Horizonte. Annals for the IV ESHET Latin American Conference, 2014. p. 01-26.

_____ Celso Furtado e a economia regional. IN: SABOIA, J.L.M, CARVALHO, J.C (Org). Celso Furtado e o século XXI. ed: Barueri: Manole; Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2007

BRAGA, Francisco Laércio Pereira. **Comércio externo e competitividade da indústria cearense: uma análise dos anos recentes**. 2004. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004

CEARÁ, Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do. **Quem já está na ZPE**. 2017. Disponível em: <<http://www.zpeceara.ce.gov.br/index.php/quem-ja-esta-na-zpe>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Associação Mineira de Municípios. Os Municípios e a Arrecadação das Receitas Próprias. Disponível em: <<http://portalamm.org.br/tributario-os-municipios-e-a-arrecadacao-das-receitas-proprias/>> . Acesso em: 20 de Novembro de 2017.

GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Recife: Sudene, 1967

LIMA, Ana Carolina da Cruz; LIMA, João Policarpo Rodrigues. João Policarpo Rodrigues Lima. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p.557-588, dez. 2010.

JAYME JR., FREDERICO G. Comércio internacional e crescimento econômico. **RCBE-Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, FUNCEX, n 69, ano 15, out.dez.2001, p 60-73.

MEDEIROS, C. e SERRANO, F (2001) “Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil”, em Fiori, J. e Medeiros, C., eds., Polarização Mundial e Crescimento. Petrópolis: Vozes

MELO, Maria Cristina Pereira de; MOREIRA, Carlos Américo Leite; VELOSO, Alexandre Weber Aragão. **O Nordeste do Brasil na Expansão do Comércio Chinês**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010. 187p

MELO, Maria Cristina Pereira de. Comércio exterior da Região Nordeste na esteira do “Efeito China”. **Revista Econômica do Nordeste**, v.44, p 451-471, 2013.

MELO, Maria Cristina Pereira de; BRAGA, Francisco Laércio Pereira ; HOLANDA, Diego Rodrigues. . **O comércio exterior do nordeste brasileiro e seu fluxo caudatário**. 1. ed. São Paulo: Editora Nelpa, 2014. v. 1. 123p

MENDES, Felício Cabral. **Zona de Processamento e Exportação e os impactos no Desenvolvimento Econômico do Ceará**. 2010. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas . **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, jul. 1949. ISSN 0034-7140. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>>. Acesso em: 04 Dez. 2017.

RICARDO, DAVID. **Princípios de Economia Política e da tributação**: Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SERRA, José. ZPEs no Brasil: fora de tempo e lugar. **Revista de Economia Política**, Campinas, v.8, n.4, p 88-102, dez. 1988.

SANTOS, Artur Tranzola. Abertura comercial na década de 1990 e os impactos na indústria automobilística. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 16, n. 8, p.107-129, jul. 1997.

VARSANO, Ricardo. **A GUERRA FISCAL DO ICMS: QUEM GANHA E QUEM PERDE**. 15. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), 1997.